Publicado em 25/06/2022 - 05:54

Em gravação da PF, ex-ministro afirma que presidente falou sobre risco de buscas

"Ele acha que vão fazer busca e apreensão", disse ex-ministro

Milton Ribeiro é investigado por supostos desvios. Em razão de possível interferência de Bolsonaro, inquérito vai para o STF

Em uma interceptação gravada, o ex-ministro da Educação Milton Ribeiro, disse, no último dia 9, que o presidente Jair Bolsonaro lhe falou sobre a possibilidade de riscos de buscas contra ele. O ex-ministro é investigado em inquérito da Polícia Federal (PF) sobre desvios de verbas e suposto gabinete paralelo de pastores no Ministério da Educação (MEC). A pedido do Ministério Público Federal (MPF), o juiz Renato Coelho Borelli, da Justiça Federal do Distrito Federal, determinou o envio do processo ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Ao apontar "indício de vazamento da operação policial e possível interferência ilícita do presidente Jair Bolsonaro nas investigações", o procurador Anselmo Henrique Cordeiro Lopes defendeu o envio de gravações da interceptação telefônica de Ribeiro à Corte, para averiguação da possível ocorrência dos crimes de violação de sigilo funcional com dano à administração judiciária e favorecimento pessoal. O documento não dá mais detalhes sobre a suposta conduta de Bolsonaro.

No STF, a relatoria do caso deve ficar com a ministra Cármen Lúcia, que ficou responsável por decisões nas investigações sobre Ribeiro quando ele era ministro. Ao determinar o envio da integralidade do caso ao Supremo, o juiz Borelli ponderou que, figurando possível a presença de ocupante de cargo com prerrogativa de foro perante o STF, cabe ao referido tribunal a análise quanto à cisão, ou não, da investigação.

O texto do MPF afirma também que a investigação foi "prejudicada" em razão de tratamento diferenciado dado pela polícia ao ex-ministro *(leia mais na reportagem ao lado)*.

Gravações

Em março, o jornal O Estado de S. Paulo revelou que os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura tinham acesso livre ao gabinete do então ministro e intermediavam encontros de Ribeiro com prefeitos. Prefeitos denunciaram cobrança de propina em dinheiro, bíblia e até ouro por parte da dupla de religiosos para liberar verbas para a educação.

O ex-ministro e outros investigados foram gravados pelos investigadores no âmbito das apurações da Operação Acesso Pago, ofensiva aberta na última quarta-feira para prender Ribeiro, os pastores Arilton Moura e Gilmar Santos, o advogado Luciano Musse e o ex-assessor da prefeitura de Goiânia Helder Bartolomeu.

Ribeiro foi localizado em Santos, mas no dia seguinte foi solto por ordem do desembargador Ney Bello, do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região – ordem que se estendeu para os demais investigados. Eles foram liberados após conseguirem habeas corpus para aguardar as investigações em liberdade.

Ribeiro foi interceptado em gravação da PF em diálogo com ao menos três pessoas. Em ligação no último dia 9 com a filha, identificada pela Polícia Federal como Juliana Pinheiro Ribeiro de Azevedo, o ex-ministro afirma ter sido procurado por Bolsonaro no mesmo dia.

– Hoje o presidente me ligou... Ele tá com um pressentimento novamente, que eles podem querer atingi-lo através de mim, sabe? – conta.

A filha pergunta se Bolsonaro pediu ao pai para parar de mandar mensagens. Ribeiro disse que não e explica que "ele *(Bolsonaro)* acha que vão fazer uma busca e apreensão em casa".

Em outra ligação de Ribeiro com pessoa de nome Waldomiro, o ex-ministro afirma:

– Mas eu acho assim, que o assunto dos pastores é uma coisa que eu tenho receio um pouco é de o processo fazer aquele negócio de busca e apreensão, entendeu?

Defesa

Ao site g1, o criminalista Daniel Bialski, advogado de Ribeiro, afirmou que ainda não havia tido acesso a todo o processo. Mas ressaltou que se há a citação ao foro privilegiado, a prisão do ex-ministro não deveria ter sido decretada pela primeira instância e o caso, remetido antes à Suprema Corte.

"Observando o áudio citado na decisão, causa espécie que se esteja fazendo menção a gravações/mensagens envolvendo autoridade com foro privilegiado, ocorridas antes da deflagração da operação. Se assim o era, não haveria competência do juiz de primeiro grau para analisar o pedido feito pela autoridade policial e, consequentemente, decretar a prisão preventiva", informou Bialski à colunista Andréia Sadi.

Em entrevista para o programa *Gaúcha Atualidade*, da Rádio Gaúcha, na sexta-feira, Bialski disse que a prisão de Ribeiro foi uma forma de ativismo judicial.

Na quinta-feira à noite, Bolsonaro saiu em defesa de Ribeiro – no dia anterior, havia dito que o ex-ministro deveria "responder pelos seus atos". Ele chamou a prisão do ex-auxiliar "de maldade" e afirmou colocar a "mão no fogo" por ele.

– Eu falava que botava a cara no fogo *(por Ribeiro)*. Eu exagerei. Eu boto a mão no fogo, como boto por todos os meus ministros. O que conheço deles, a vivência, dificilmente algum deles vai cometer algum ato de corrupção – disse o presidente.

A conversa

TRECHO DE GRAVAÇÃO FEITA PELA POLÍCIA FEDERAL NA INVESTIGAÇÃO NO ÚLTIMO DIA 9 DE JUNHO

Filha de Ribeiro – E você? Tá bom, pai?

Ribeiro – Tudo bem! As coisas estão caminhando.

Filha – Caminhando...

Ribeiro – A única coisa meio... hoje o presidente me ligou... ele tá com um pressentimento, novamente, que eles podem querer atingi-lo através de mim, sabe? É que eu tenho mandado versículos pra ele, né?

Filha – Ele quer que você pare de mandar mensagens?

Ribeiro – Não! Não é isso... ele acha que vão fazer uma busca e apreensão... em casa... sabe... é... é muito triste. Bom! Isso pode acontecer, né? Se houver indícios, né?

Filha – Ah!

Ribeiro – Mas, não há por que, meu Deus.

Filha – Ah pai! Não... essa voz não é definitiva... eu não sei se ele tem alguma informação... eu tô te ligando no meu... eu tô te ligando no meu celular normal, viu pai?

Ribeiro – Ah, é? Ah, então depois a gente se fala então! Tá?

Filha – Tá bom!

Indícios de intromissão na PF, vê MPF

O parecer do Ministério Público Federal (MPF) à Justiça Federal apontou ainda indícios de interferência na atividade investigatória da Polícia Federal (PF) quando do tratamento possivelmente privilegiado que recebeu o ex-ministro Milton Ribeiro. O delegado Bruno Calandrini, responsável pela apuração que levou à prisão do ex-ministro, também apontou suposto tratamento privilegiado.

A Procuradoria destaca que Ribeiro não foi conduzido ao Distrito Federal nem levado a unidade penitenciária para ser pessoalmente interrogado por autoridade policial que preside o inquérito, mesmo com estrutura disponível à PF para a locomoção de presos. E que a ausência de Ribeiro "foi prejudicial" às apurações e atingiu a isonomia no tratamento dos investigados.

Ribeiro foi preso na quarta-feira, em Santos (SP). O mandado de prisão preventiva determinava que fosse levado para a superintendência da PF em Brasília tão logo localizado. A defesa entrou com pedido para barrar a transferência, mas a solicitação foi negada.

Mas, no início da noite foi informado que Ribeiro permaneceria na capital paulista e que sua audiência de custódia seria feita por videoconferência na tarde de quinta-feira. Antes do procedimento, o desembargador Ney Bello, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, mandou soltar Ribeiro e outros quatro investigados que haviam sido presos.

A denúncia de Calandrini sobre o suposto tratamento privilegiado a Ribeiro foi feita em mensagem de agradecimento à equipe que participou da operação. No texto, o delegado disse não ter autonomia investigativa e administrativa para conduzir o inquérito policial do caso com independência e segurança institucional. Após a mensagem vir a público, a PF informou ter aberto procedimento apuratório sobre suposta interferência.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Escândalo no MEC **Pagina:** 8

Copyright © Clipclap 2025.